

Editorial

Muitos são os motivos para uma tal publicação. Um deles é, e acima de tudo, o prazer. O gozo proporcionado pela história, o deleite desta relação que se estabelece com ela, o contentamento da relação que, então, instauramos com nós mesmos. Todavia, de forma alguma se pode falar num prazer transcendental, metafísico, metahistórico ou coisa que o valha. Trata-se, em essência, de um prazer imaterial que emana da própria materialidade da palavra e da dupla cumplicidade nossa para com ela; o prazer da escrita e o prazer da leitura.

Na escrita, quando, de certa forma, nos desfazemos de nós mesmos, nos transformamos para, em seguida, nos encontrarmos num espaço de liberdade. “Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.”

Na leitura, quando, de outro modo, nos desvanecemos em meio a fantasias ou devaneios históricos. “Eu me afundo em minha poltrona, nas mãos um livro pesado que vai ficando cada vez mais pesado, e me entrego a um cochilo. Então acordo em Paris, no auge da Revolução, despertado por um beijo. Às vezes é o beijo da morte, às vezes o beijo do amor, um pequeno amor, amor perdido entre as paixões do passado: *le baiser de Lamourette*.”

Não há muito o que explicar sobre este motivo.

Mas esta publicação também possui uma dimensão crítica que assume uma tripla função. A primeira diz respeito à formação do historiador, mais precisamente ao descaso com que é tratada a sua condição de *escritor de história*. Como, depois de Roland Barthes, de Paul Ricoeur, de Hayden White, de Peter Gay, de Carlo Ginzburg, como negligenciar este papel social vital à razão historiadora? Como aceitar sem suspeita a idéia que um Henri-Irénée Marrou nos oferece quando considera a escrita da história como mera “exigência de caráter prático (a missão social do historiador)...a história existe já, perfeitamente elaborada no pensamento do historiador, antes mesmo de ele a ter escrito”? Ora, parece-me, e aqui assumo minha inteira responsabilidade, que o conhecimento histórico se faz quando da sua tradução em uma linguagem; teimo em aceitar um tal idealismo sobre as condições que regem nosso pensamento. Não cabe ao historiador apreender a linguagem contida em um documento, decodificá-la, transformá-la, para então transcrevê-la em palavras no seu escrito de história, à procura de sua verdade fundamental? Afinal, A grafia não é essencial à historiografia? Não fosse por estas opiniões pessoais, creio ser um consenso esta importância dada à escrita da história. Portanto, esta

revista pretende abrir um espaço para aqueles que, no dever de escrever para esboçar um pensamento, se regozijam quando escrevem.

A segunda, seguindo os passos da primeira, é relativa à condição dos autores que colaboram para esta empresa. O privilégio cedido aos estudantes, ou seja, aos historiadores em formação (existe, por outro lado, algum historiador plenamente formado?) deve-se, sobretudo, à ausência de publicações nas quais eles podem mostrar seus trabalhos e o conhecimento neles manifestados. Por acaso é necessário um diploma para que alguém possa, enfim, produzir algum saber? Por acaso é necessário colocar após o nome algum *título de qualificação* (mestrando, doutorando, professor, pesquisador, etc.) para que tal saber tenha validade? E este título qualificaria o quê? Além disso, esta revista quer demonstrar que as práticas ordinárias e mesquinhas de politicagem não são a única forma de expressão dos estudantes. Há ainda estes discursos marginais que, no limiar da diferença, se constituem como uma prática política outra. Enfim, no silêncio onde vozes são emudecidas, quer por convenções acadêmicas quer por movimentos defasados, palavras são ditas, pronunciadas, proclamadas...tudo isso ocorrendo na inquietante quietude da escrita. Esta revista quer amplificar tais vozes.

A terceira função é esta que já está atravessada na garganta do leitor. Muito se falou em história, em estudante de história, em historiador em formação (a despeito das implicações deste termo). Seria, pois, conveniente fazer deste espaço uma redoma na qual (e para que) alguns poucos ligados à história pudessem comprovar sua cegueira, demonstrar seus preconceitos, deixar às claras sua incapacidade? Não, absolutamente não. Neste sentido, e embora o solo no qual este projeto está ancorado seja realmente a disciplina historiográfica, as reflexões aqui presentes visam expandir este solo bem como aproximar partes à primeira vista opostas, mas que trazem algumas relações obscuras em comum. Seria cômodo e bastante esperado que se falasse em interdisciplinaridade. Porém, tendo em mente que a história lida, em última (ou primeira) instância, com a própria condição humana, não estaria claro que, quando se fala em história, a mesma voz murmura antropologia, sociologia, psicologia, filosofia, lingüística, literatura, artes plásticas, música...? Ora, quando se fala em história, fala-se em humanidade, em suas inúmeras formas de manifestação e apreensão. Por isso, furto-me à inútil praticidade do termo. Que esta revista assuma um caráter plural sem se perder num ecletismo ininteligível; que prime por um cuidado especial com a qualidade em relação à quantidade; e, finalmente, que estabeleça um diálogo entre diferenças sem se perder num relativismo absurdo e covarde. A história norteia estas reflexões que, por sua vez, não se reduzem à história.

De fato, publicar uma revista com escritos que procuram pensar o(s) homem(s) em seu(s) próprio(s) pensamento(s) e na(s) sua(s) historicidade(s) singular(es), tal empresa nos faz avaliar o lugar e o tempo nos quais ela acontece. Sim, pois trata-se, evidentemente, de um acontecimento definido a partir do ambiente onde ocorre. Como desconsiderar, por exemplo, o fato de que ele acontece em meio às celebrações dos 500 anos dessa “grande pátria desimportante” na qual vivemos? Como não refletir sobre o uso que se faz da história nesta tão solene ocasião? Alguém já atribuiu a tal uso uma característica de recurso terapêutico, o que por si só já instiga sobremaneira o pensamento.

Talvez Nietzsche estivesse realmente certo ao dizer que tanto “nas maiores como nas menores felicidades é sempre o mesmo aquilo que faz da felicidade felicidade: o poder esquecer ou, dito mais eruditamente, a faculdade de, enquanto dura a felicidade, sentir *a-historicamente*”. Em outras palavras, história em demasia pode nos ser prejudicial; é bom manter sempre, ainda que tenhamos medo, nossa capacidade de deslembrar. Mas é preciso também saber o que podemos esquecer e o que devemos sempre lembrar. Assim, quando a historiografia assume funções medicinais, como uma ciência dos remédios, há que se medir a dosagem do veneno para elaborar corretamente seu antídoto.

Este cuidado com o uso da história pode ser pensado a partir de sua semelhança como o *cuidado de si* dos antigos. É preciso toda uma *arte da existência* para se conviver consigo mesmo ou com o outro, seja ele aquele que está presente aqui, seja aquele que esteve ali, outrora. Obviamente, este convívio é definido de maneiras diferentes para suas diversas formas. Em todos os casos, porém, tanto no passado quanto no presente, existe algo que funciona como pilar essencial para toda e qualquer relação, a saber, algo denominado ética. Afinal, por mais que queiram alguns, nem tudo é relativo.

Neste sentido, na oportunidade histórica de comemorar “nosso passado de absurdos gloriosos”, não podemos ocultar por trás da glória os absurdos. O grito às margens do Ipiranga não foi, nem nunca será mais sonoro ou histórico que o grito aos pés da Candelária, nas celas do Carandiru, nas terras do Eldorado dos Carajás, nas casas de Vigário Geral. A alegria do nascimento de uma criança, seja ela filha de apresentadora de televisão ou filho de jogador de futebol, não pode nunca se sobrepor ao horror da degolação de duas outras crianças, mortas em Rio Bonito do Iguaçu, no Paraná.

Se para ganhar os reinos da felicidade devemos poder esquecer, seríamos eternamente infelizes se não pudéssemos lembrar. E se para lembrar necessitamos da história, que lida com o humano dando-lhe sentido, como lidar com o desumano e dar sentido à barbárie sem esquecer o principal, ou seja, a ética? Mas aí, são outros quinhentos...

*

Nossa sincera gratidão à professora Ana Maria de Oliveira Burmester pelo apoio inspirador e pela confiança desde o começo desta (a)ventura. Agradecemos também à Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis e ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná pelo suporte material para a confecção deste número, bem como à Livraria do Eleotério pelo interesse em possibilitar esta publicação.

Resta ainda desejar ao leitor uma boa viagem. Que nos caminhos e descaminhos desta leitura, ele encontre e possa gozar do mesmo deleite que nos proporcionou a construção desta estrada e que neste prazer, tão pequeno e tão imenso, possa encontrar meios de pensar, ver e perceber não só o diferente, mas de forma diferente.

Fernando Nicolazzi
Curitiba, 21 de abril de 2000